



PORTARIA COREN-PI N.º 487, DE 10 DE JUNHO DE 2024

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí (Coren-PI), no uso de suas competências legais e regimentais conferidas na Lei n.º 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-PI n.º 154/2023, homologada pela Decisão Cofen n.º 037/2024, respectivamente, e;

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei n.º. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração.

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO o Memorando Assessoria de Cerimonial e Eventos - N.º 41/2024;

CONSIDERANDO o contrato N.º 32/2023;

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao Coren-PI;

II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

IV- Indicar eventuais glosas das faturas;

Art. 1º Designar os servidores abaixo discriminados, para exercerem a fiscalização do contrato n.º 32/2023 e Nota de Empenho n.º 372, celebrado com a empresa **TIM S.A, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.421.421/0001-11**, para a prestação de Serviços Móvel Pessoal – SMP na modalidade local, roaming, longa distância nacional e dados, com vistas a atender as necessidades do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí.



- **DR. NAZARENO FERREIRA LOPES COUTINHO JÚNIOR**, matrícula nº 177, como Fiscal Efetivo.
- **SRA. LOUYSE PAIXÃO ALVES**, matrícula nº 160, como Fiscal Suplente.

Art. 2º Cientificar que responderá solidariamente, perante os órgãos competentes, o fiscal que atestar o recebimento dos bens e/ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando a portaria Coren-PI nº 509/2023.

Art. 4º Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 10 de junho de 2024.

Dr. Samuel Freitas Soares
Conselheiro Presidente
Coren-PI nº 328.982-ENF